



BANCARINHO

Edição

908

05/12/2018 - ANO: XIX



CONTRAFIN
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Bancários da Caixa protestam contra o fatiamento do banco

Empregados da Caixa Econômica Federal de todo Brasil realizam, nesta quinta-feira (06) mais um Dia Nacional de Luta contra o fatiamento do banco.

Estão sendo convocados para este ato, os funcionários ligados a sindicatos e federações bem como associações e entidades representativas do funcionalismo.

O movimento sindical entende que é fundamental que empregados e sociedade continuem na luta em defesa do banco público. "Precisamos reforçar a mobilização

em defesa da Caixa, para que ela continue forte, social e parceira estratégica na execução de políticas públicas.

O governo eleito já expôs a intenção de privatizar a empresa e a resistência tem impedido, como aconteceu com o leilão da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), que estava marcado para o dia 29 de novembro e foi adiado para 5 de fevereiro de 2019

A luta em defesa da Caixa e dos demais bancos públicos precisa ser intensificada cada vez mais, queremos que a Caixa continue 100% pública. O propósito é o de sempre: resistir e barrar propostas que signifiquem a diminuição do banco.

Negociações sobre PCR no Itaú prosseguem nesta quinta-feira

Funcionários do Itaú esperam que o banco cumpra o prometido e apresente resposta sobre a proposta de PCR (Programa de Complementar de Resultado) na reunião desta quinta-feira (06/12). O encontro com a COE (Comissão de Organização dos Empregados) será em São Paulo.

Os representantes dos bancários reivindicam que o PCR passe a distribuir 2% do lucro líquido do Itaú aos funcionários. No dia 20 de setembro, o último valor pago a título do benefício foi R\$ 2.662,66 por empregado.

Outro tema que será discutido na reunião com o banco é o reajuste do valor da bolsa de estudo concedida pela empresa. Atualmente, 5.500 empregados recebem R\$ 390,00. Também estará na pauta o turnover de funcionários.

Fim do Ministério do Trabalho é anunciado de novo

Os direitos do trabalhador continuam sendo ameaçados. O fim do Ministério do Trabalho foi anunciado novamente. A pasta será desmembrada e as atribuições vão para os ministérios da Economia, da Justiça e da Cidadania, conforme afirmou, nesta segunda-feira (03/12), o futuro ministro da Casa Civil do novo governo, Onyx Lorenzoni.

Sob o comando de Sérgio Moro, o Ministério da Justiça será responsável pelo departamento ou secretaria que trata atualmente da parte da concessão de carta sindical. Uma parcela dos assuntos sobre políticas ligadas a emprego será direcionada a Paulo Guedes, em Economia, e outra parte para Cidadania (Osmar Terra).

O descaso é tão grande que sobre a fiscalização do trabalho escravo, problema recorrente ainda no país, Lorenzoni 'acha' que a atribuição será de competência do Ministério da Justiça. As propostas demonstram que o presidente eleito e a equipe não estão preocupados com os direitos dos trabalhadores.

Reforma Trabalhista: Cresce emprego informal

É a sétima queda no desemprego. Em outubro, a última taxa estava em 11,9% e agora caiu para 11,7%, alavancada pelo trabalho informal que bateu recorde. Na modalidade, o empregado precisa trabalhar em dobro para manter o mesmo padrão de vida que os trabalhadores formais. Mesmo assim, 12,4 milhões de brasileiros continuam desempregados, segundo dados do IBGE.

O número de empregados sem carteira assinada subiu 4,8% na comparação com o trimestre anterior, reunindo 11,6 milhões, um recorde desde a série histórica desde 2012. Em um ano, o avanço foi de 5,9%, um adicional de 649 mil pessoas.

Privatização: STF autoriza venda da Eletrobras

Grande perda para o setor energético brasileiro. O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), revogou a liminar que impedia o leilão da distribuidora da Eletrobras em Alagoas, a Ceal. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (29/11).

A resolução de Lewandowski permite que a Eletrobras e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico) dêem continuidade a privatização da empresa. A companhia energética já informou a decisão por meio de comunicado ao mercado.

A estatal convocou, no mesmo comunicado, uma assembleia geral de acionistas para analisar o adiamento do prazo de transferência de controle das distribuidoras para março. O objetivo é ganhar tempo para concluir as privatizações das empresas.

O prazo atual estabelece que as distribuidoras sejam leiloadas até 31 de dezembro. Caso isso não aconteça, os acionistas podem decidir pela liquidação.

O desmonte da Eletrobras já permitiu a venda de quatro distribuidoras neste ano, a de Roraima, a de Rondônia, a do Acre e a do Piauí. Restam os leilões da unidade de Alagoas e do Amazonas, previsto para 10 de dezembro.